



## CONCURSO PÚBLICO para o cargo de

## Delegado de Polícia – 3ª Categoria

PROVA  
**S02 – P**  
MANHÃ

**ATENÇÃO:**  
Verifique se o tipo de prova deste caderno de questões confere com o seu cartão de respostas



TRANSCREVA EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS A FRASE DO ESCRITOR WILLIAM SHAKESPEARE PARA EXAME GRAFOTÉCNICO

**"É mais fácil obter o que se deseja com um sorriso do que à ponta da espada."**

### ATENÇÃO

● DURAÇÃO DA PROVA: 5 horas.

● ESTE CADERNO CONTÉM 80 (OITENTA) QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, CADA UMA COM 5 ALTERNATIVAS DE RESPOSTA – A, B, C, D e E – CONFORME DISPOSIÇÃO ABAIXO, E PROVA DISCURSIVA.

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor de cada questão
Língua Portuguesa	10	1
Direito Constitucional	10	1
Direito Administrativo	5	1
Direito Penal / Legislação Extravagante	30	1
Direito Processual Penal / Legislação Extravagante	20	1
Direito Civil	5	1

● VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM, CASO CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL.

● RESERVE OS 30 (TRINTA) MINUTOS FINAIS PARA MARCAR SEU CARTÃO DE RESPOSTAS.

### LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

#### Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova;
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões;
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões, não poderá copiar suas respostas por qualquer meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata e acarretará a eliminação do candidato; e
- Ao terminar a prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado e Folha de Resposta da Prova Discursiva. Não se esqueça dos seus pertences.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas.
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

**BOA PROVA!**

[www.funcab.org](http://www.funcab.org)

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

.....  
 Afinal, a tortura funciona ou não funciona? O existencialista Jean-Paul Sartre disse – e, nisso, estava certo – que a tortura era o mal do século XX. Morto em 1980, Sartre não viveu para testemunhar as tentativas às vezes pouco sutis de promover a tortura ao *status* de mal menor do século XXI. [Nos Estados Unidos] a questão acabou ganhando o enfoque da eficácia em decorrência da disputa política. A maioria dos republicanos defende o combate ao terror deflagrado pelo presidente George W. Bush, cujo governo legalizou as chamadas “técnicas aprimoradas” de interrogatório. Entre elas, inclui-se a “simulação de afogamento”, tortura antiga, documentada pela primeira vez no século XIV, e aplicada com requintes de profissionalismo na Inquisição espanhola. Em geral, os republicanos consideram que as “técnicas aprimoradas” foram úteis para selar a vitória americana sobre a Al Qaeda e descobrir o esconderijo de Bin Laden.

A maioria dos democratas, que hoje se opõem às políticas antiterror de Bush, mas nem sempre o fizeram no calor da hora, acha que as “técnicas aprimoradas” não passam de eufemismo para a tortura – no que estão cobertos de razão. E alegam que a vitória sobre a Al Qaeda e a morte de Bin Laden não têm nada a ver com a tortura de suspeitos, e sim com anos de trabalho minucioso de inteligência. [...]

.....  
 As democracias ocidentais – e os Estados Unidos entre elas, é claro – são moralmente superiores aos terroristas da Al Qaeda e seus protetores. Elas atuam sob o império da lei, sob a égide de uma Constituição, dão satisfação à opinião pública e, flagradas no erro, abrem investigações, punem os infratores e tentam corrigir o rumo. Soldados americanos torturaram guerrilheiros vietcongues. Foram processados e punidos. A França pagou um alto preço pelo uso da tortura na guerra da Argélia. Nada disso, como se sabe, acontece no universo do terrorismo. É exatamente por esse motivo que é relevante para o mundo analisar o tratamento moral e jurídico que as democracias – e os Estados Unidos entre elas, é claro – dão à tortura. Infelizmente, a discussão sobre sua eficácia contém uma armadilha. Lembra a célebre “parábola da bomba-relógio”: o terrorista preso sabe onde está a bomba que, em pouco tempo, vai explodir e matar milhares de inocentes. É moralmente aceitável torturá-lo para que revele onde está a bomba e assim salvar vidas inocentes?

“ Isso é uma fábula”, diz o filósofo francês Michel Terestchenko, autor de *O Bom Uso da Tortura*, em que discute a prática dos suplícios da atualidade. Fábula porque a parábola não existe na vida real.

Primeiro, é preciso ter certeza de que há uma bomba. Segundo, ter certeza de que o terrorista sabe onde ela está. Terceiro, ter certeza de que, uma vez torturado, o terrorista dará a informação correta. No mundo insondável do terror, a certeza tríplice é uma quimera. Por trás da charada – assim como por trás da eficácia dos suplícios –, esconde-se uma tentativa de legitimar a tortura. Escreveu o jornalista Elio Gaspari em *A Ditadura Escancarada*, livro em que diseca a tortura sob o regime militar no Brasil: “É um truque de lógica. Finge demonstrar a necessidade da tortura quando, na realidade, o que busca é a sua inimputabilidade”. É claro que a tortura, às vezes, é eficaz. Em outras, é ineficaz. Mas em qualquer situação é crime. (PETRI, Andre. Rev. *Veja*: 19/12/2012, p. 130-132.)

#### Questão 01

Altera-se profundamente o sentido do enunciado no texto com a substituição do nome substantivo em destaque por qualquer dos nomes propostos em:

- A) a questão acabou ganhando o ENFOQUE da eficácia (§ 1) / ângulo, perspectiva
- B) e aplicada com REQUINTES de profissionalismo (§ 1) / primores, refinamentos
- C) atuam [...] sob a ÉGIDE de uma Constituição (§ 3) / amparo, respaldo
- D) “Isso é uma FÁBULA”, diz o filósofo francês Michel Terestchenko (§ 4) / invenção, mentira
- E) a certeza tríplice é uma QUIMERA (§ 4) / tolice, estupidez

#### Questão 02

Para persuadir o leitor a concluir como ele, o autor recorre a todas as estratégias argumentativas a seguir, COM EXCEÇÃO apenas da seguinte:

- A) dar exemplo destinado a comprovar ponto de vista pessoal.
- B) valer-se de ironia para desvalorizar ou desqualificar o leitor.
- C) apoiar-se em fato de conhecimento público.
- D) aludir a narrativa alegórica para ilustrar orientação argumentativa.
- E) valer-se de argumento de autoridade na matéria.

Questão 03

A alternativa em que se lê argumento destinado a justificar ponto de vista emitido em período imediatamente anterior é:

- A) “Morto em 1980, Sartre não viveu para testemunhar as tentativas às vezes pouco sutis de promover a tortura ao *status* de mal menor do século XXI.” (§ 1)
- B) “A maioria dos republicanos defende o combate ao terror deflagrado pelo presidente George W. Bush, cujo governo legalizou as chamadas ‘técnicas aprimoradas’ de interrogatório.” (§ 1)
- C) “Elas atuam sob o império da lei, sob a égide de uma Constituição, dão satisfação à opinião pública e, flagradas no erro, abrem investigações, punem os infratores e tentam corrigir o rumo.” (§ 3)
- D) “No mundo insondável do terror, a certeza tríplice é uma quimera.” (§ 4)
- E) “‘Isso é uma fábula’, diz o filósofo francês Michel Terestchenko, autor de *O Bom Uso da Tortura*, em que discute a prática dos suplícios da atualidade.” (§ 4)

Questão 04

A passagem em que há palavra que sinaliza a atitude ou estado psicológico do autor em face do que ele enuncia é a seguinte:

- A) “[Nos Estados Unidos] a questão acabou ganhando o enfoque da eficácia em decorrência da disputa política.” (§ 1)
- B) “Entre elas, inclui-se a ‘simulação de afogamento’, tortura antiga” (§ 1)
- C) “Infelizmente, a discussão sobre sua eficácia contém uma armadilha.” (§ 3)
- D) “A França pagou um alto preço pelo uso da tortura na guerra da Argélia.” (§ 3)
- E) “Soldados americanos torturaram guerrilheiros vietcongues.” (§ 3)

Questão 05

Entre os pronomes em destaque, aquele que faz referência, não ao que se disse anteriormente no texto, mas ao que vai ser dito em seguida, é:

- A) e, nISSO, estava certo (§ 1)
- B) CUJO governo legalizou as chamadas “técnicas aprimoradas” de interrogatório (§ 1)
- C) mas nem sempre O fizeram no calor da hora (§ 2)
- D) e os Estados Unidos entre ELAS, é claro (§ 3)
- E) a discussão sobre SUA eficácia contém uma armadilha (§ 3)

Questão 06

Em: “Morto em 1980, Sartre não viveu para testemunhar as tentativas às vezes pouco sutis de promover a tortura ao *status* de mal menor do século XXI.”, o adjunto adverbial “Morto em 1980” expressa a seguinte circunstância:

- A) tempo.
- B) consequência.
- C) condição.
- D) causa.
- E) fim.

Questão 07

Altera fundamentalmente o sentido do enunciado a seguinte mudança proposta para o segundo parágrafo do texto.

- A) Reescrever “se opõem” como “vão ao encontro de”, combinado com o artigo “as”.
- B) Substituir, simultaneamente, “mas” por “não obstante” e “fizeram” por “tenham feito”.
- C) Empregar a forma verbal “acham” em vez da terceira pessoa do singular, “acha”.
- D) Reescrever a expressão metafórica “calor da hora” como “no auge do embate”.
- E) Substituir, após a última vírgula, a locução adversativa “e sim” por “senão”.

Questão 08

Em: “Terceiro, ter certeza de que, uma vez torturado, o terrorista dará a informação correta.” (§ 4), haverá ERRO de regência verbal caso se substitua a expressão TER CERTEZA DE QUE por:

- A) persuadir-se de que.
- B) admitir de que.
- C) conceder em que.
- D) anuir em que.
- E) concordar em que.

Questão 09

Em: “dão satisfação À OPINIÃO PÚBLICA” (§ 3), mantém-se o acento grave no “a” caso se faça a substituição do termo em destaque por:

- A) a toda e qualquer opinião.
- B) a uma opinião pública por vezes desorientada.
- C) a ela, opinião pública internacional.
- D) as opiniões públicas mais variadas.
- E) a opiniões muitas vezes forjadas pela mídia.



Questão 10

Segundo as normas em vigor, há ERRO na troca de sinal de pontuação proposta em:

- A) O existencialista Jean-Paul Sartre disse – e, nisso, estava certo – que a tortura era o mal do século XX (§ 1) / parênteses em lugar de travessões
- B) que as “técnicas aprimoradas” não passam de eufemismo para a tortura – no que estão cobertos de razão (§ 2) / vírgula em lugar de travessão
- C) Soldados americanos torturaram guerrilheiros vietcongues. Foram processados e punidos (§ 3) / dois-pontos, seguindo-se minúscula, em lugar de ponto
- D) “Isso é uma fábula”, diz o filósofo francês Michel Terestchenko (§ 4) / travessão em lugar de vírgula
- E) É claro que a tortura, às vezes, é eficaz. Em outras, é ineficaz (§ 4) / vírgula, seguida de minúscula, em lugar de ponto

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

Acerca do controle da constitucionalidade, é correto o que se afirma em:

- A) O controle de constitucionalidade concentrado encontra obstáculo na norma constitucional de eficácia contida.
- B) Uma medida provisória editada por um Ministro de Estado constituiria inconstitucionalidade formal orgânica.
- C) Os decretos do Poder Executivo não estão sujeitos ao controle de constitucionalidade.
- D) Para haver reforma da Constituição de 1988, foi necessário o plebiscito. Se este não tivesse ocorrido ou se houvesse fora dos parâmetros constitucionais, haveria inconstitucionalidade por vício material.
- E) Os vícios formais dizem respeito ao próprio conteúdo do ato, originando-se de um conflito com os princípios estabelecidos na Constituição. E, evidentemente, a inconstitucionalidade formal envolve não só o contraste direto do ato legislativo com o parâmetro constitucional, mas também a aferição do desvio de poder ou do excesso de poder legislativo.

Questão 12

São direitos sociais preceituados na Constituição de 1988:

- A) a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- B) a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- C) a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- D) o direito de herança, a intimidade, a privacidade, a informação dos órgãos públicos.
- E) a livre locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer, ou dele sair com seus bens.

Questão 13

São direitos políticos positivos:

- I. De votar (inclusive em plebiscitos e referendos) e ser votado.
- II. Inelegibilidade e de organizar e participar de partidos políticos.
- III. Perda e suspensão dos direitos políticos.
- IV. De propor ação popular e de exercer a iniciativa popular.

Estão corretos apenas os itens:

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) I e IV.
- D) I, II e IV.
- E) II, III e IV.

Questão 14

Quanto ao Mandado de Segurança Individual, marque a resposta correta.

- A) É ação de rito ordinário de que se pode utilizar pessoa física, jurídica privada, jurídica pública (nacional ou estrangeira) ou qualquer entidade que tenha capacidade processual para a proteção de direito líquido, certo e incontestável, amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, ameaçado ou violado por ato ou fato oriundo de autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de poder.
- B) É admitido como adequado para pleitear prestações indeterminadas, genéricas, fungíveis ou alternativas.
- C) É substitutivo de ação de cobrança.
- D) A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo não impede o uso de Mandado de Segurança contra omissão de autoridade.
- E) O pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para o Mandado de Segurança.

Questão 15

Quanto à Federação Brasileira, é correto o que se afirma em:

- I. É uma forma de união política, que embora vise uma permanência, os Estados que a integram mantêm sua soberania. Independentemente dos Estados de que é formada, dispõe de órgãos próprios de representação, mas as decisões, para se tornarem executivas, necessitam de um ato de aceitação, expresso ou tácito, por parte dos Estados.
  - II. A autoridade da União, nas relações internas, só se manifesta em face dos Estados, tomados como entidades políticas e não em relação aos indivíduos que os constituem.
  - III. Participação das vontades parciais na vontade geral: Senadores são representantes dos seus Estados Federados.
  - IV. Os Estados Federados têm constituição própria, o que significa que cada unidade da Federação tem como texto magno uma lei maior que é o fundamento de validade de toda normatividade local.
- A) I e II, apenas.
  - B) II e III, apenas.
  - C) III e IV, apenas.
  - D) I, III e IV, apenas.
  - E) I, II, III e IV.

Questão 16

Acerca do Processo Legislativo e de seus membros, é INCORRETO afirmar:

- A) Compete privativamente à Câmara dos Deputados dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- B) Compete ao Senado Federal processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.
- C) Desde a posse, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.
- D) Os Deputados e Senadores não poderão desde a posse ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
- E) Os Deputados e Senadores não poderão desde a posse firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

Questão 17

Se um Deputado Estadual cometer crime federal, será competente para o processo e julgamento o:

- A) Juízo Federal de Primeira Instância.
- B) Tribunal Regional Federal.
- C) Tribunal de Justiça Estadual.
- D) Superior Tribunal de Justiça.
- E) Supremo Tribunal Federal.

Questão 18

Marque a alternativa correta.

- A) O Estado de Defesa se dá por decreto do Presidente da República, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, devendo o decreto que o instituir determinar a obrigação de permanência em localidade determinada, detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns, restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei.
- B) O Estado de Defesa se dá por decreto do Presidente da República, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, devendo o decreto que o instituir determinar a suspensão da liberdade de reunião, a busca e apreensão em domicílio, a intervenção nas empresas de serviços públicos e a requisição de bens.
- C) O Estado de Sítio se dá por decreto do Presidente da República, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, desde que autorizado pelo Congresso Nacional, devendo o decreto que o instituir determinar o tempo de sua duração, especificar as áreas a serem abrangidas e indicar, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem.
- D) O Estado de Sítio se dá por decreto do Presidente da República, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, desde que autorizado pelo Congresso Nacional, devendo o decreto que o instituir determinar as restrições aos direitos de reunião, ainda que exercida no seio das associações, o sigilo de correspondência, sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.
- E) Na vigência do Estado de Defesa a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao Juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial, sendo vedada a incomunicabilidade do preso.

Questão 19

Dos atos lesivos ao meio ambiente, cabe:

- A) *Habeas corpus*.  
B) *Habeas data*.  
C) Mandado de Injunção.  
D) Mandado de Segurança Individual.  
E) Ação Popular.

Questão 20

Quanto aos Estados-Membros:

- I. É proibido estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- II. Podem autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.
- III. Podem, em atenção às suas peculiaridades locais, legislar sobre normas gerais nos claros deixados pelo legislador federal.
- IV. Possuem as competências residuais.

São afirmativas corretas:

- A) II e IV, apenas.  
B) II, III e IV, apenas.  
C) I, III e IV, apenas.  
D) I, II e III, apenas.  
E) I, II, III e IV.



## Questão 21

Manoel ingressou na Administração Pública Direta por meio de contrato celetista e temporário no ano de 2005. Ao término do contrato, três anos após, foi enquadrado em cargo de provimento efetivo por meio de decreto do Governador. Assim, pode-se afirmar:

- A) Ele pode ser exonerado do cargo de provimento efetivo *ad nuttum*, em face do poder de autotutela da Administração Pública que lhe confere prerrogativa para anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais.
- B) O provimento foi válido, uma vez que Manoel ingressou de forma lícita, não havendo, portanto, vício.
- C) Para o rompimento do vínculo estatutário, faz-se necessária a instauração de procedimento administrativo.
- D) Como o ato nulo não se convalida, para a invalidação do ato é dispensável a Manoel o contraditório e a ampla defesa.
- E) Manoel pode ser demitido sumariamente, inclusive sem processo administrativo.

## Questão 22

Em relação aos atos normativos, marque a alternativa correta.

- A) Alvarás são ordens escritas e gerais a respeito do modo e da forma de execução de determinado serviço público, expedidas por superior hierárquico com o escopo de orientar.
- B) Resoluções são atos administrativos normativos ou decisórios emanados de órgãos colegiados.
- C) Regulamentos são atos administrativos normativos de atuação interna, dado que se destinam a reger o funcionamento de órgãos colegiados.
- D) Quando, por meio de despacho, é aprovado parecer proferido por órgão técnico sobre assunto de interesse geral, ele é chamado de despacho normativo, porque se tornará obrigatório para toda a Administração.
- E) Ordens de serviço são comunicações escritas que as autoridades fazem entre si, entre subalternos e superiores e entre Administração e particulares, em caráter oficial.

## Questão 23

Quanto aos cargos públicos, leia as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de dois cargos de professor, a de um cargo de professor com outro técnico ou científico, a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- II. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- III. A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- IV. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração integral.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) I, II e IV.
- E) II, III e IV.

Questão 24

O funcionamento de rádio comunitária, ainda que de baixa potência e sem fins lucrativos, depende de prévia autorização do Poder Público, sendo competente para fiscalizar a ANATEL. Após fiscalizar e constatar irregularidades no funcionamento de uma rádio, pois inexistia autorização do Poder Público para exploração de radiodifusão, a ANATEL determinou sua imediata interdição e lacrou as transmissões. Logo, é correto afirmar:

- A) Agiu dentro da estrita legalidade, pois estava no pleno exercício do poder de polícia.
- B) A interrupção e o lacre das transmissões só poderiam se dar após processo administrativo, em que fossem assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- C) A atuação da Administração Pública, no exercício do poder, há de se limitar aos atos indispensáveis à fiscalização, portanto as medidas decorrentes são ilegítimas.
- D) Constitucionalmente, não pode haver interrupção e lacre de transmissões, em face do interesse público da radiodifusão.
- E) Caberia a interrupção e o lacre das transmissões sem processo administrativo, desde que precedidos de notificação para defesa, em consonância com os princípios da ampla defesa e do contraditório.

Questão 25

Laurineia, com vinte e cinco anos de serviço público no cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, está sendo processada criminalmente pela prática do crime de peculato, sob a acusação de ter subtraído um computador da Administração Pública, que ficava sob sua responsabilidade. Assim, pode-se afirmar:

- I. A Administração, visando à proteção do interesse público, não pode impor ao servidor punição disciplinar por conduta que configure crime em tese, antes do desfecho do julgamento na esfera criminal.
- II. A responsabilidade da Administração Pública fica elidida quando o servidor é absolvido criminalmente pelo mesmo fato.
- III. Constitui óbice à aplicação da pena administrativa de demissão o fato de ter sido a recorrente absolvida da imputação do crime previsto no artigo 312 do Código Penal, com fundamento no artigo 386, IV, do Código de Processo Penal, vale dizer, por não existir prova suficiente para a condenação.
- IV. Ressalvadas as hipóteses de absolvição criminal por inexistência do fato criminoso ou negativa de autoria, as esferas criminal e administrativa são independentes.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- A) I, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) IV, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

PREPARO JURIDICO

CURSOS PARA CONCURSOS



## Questão 26

Crisântemo não possuía as pernas e utilizava uma cadeira de rodas para se locomover. Em um determinado dia, estando em seu sítio, percebeu quando elementos furtavam frutas em seu pomar. Gritou e pediu insistentemente que se afastassem e fossem embora. Como os elementos continuassem a subtrair-lhe as frutas, efetuou um disparo com sua espingarda, calibre 38, contra os mesmos, tendo o disparo transfixado um deles e lesionado outro que, em razão dos ferimentos, permaneceram quarenta dias internados em um hospital público da cidade. Após restar provado todo esse episódio, pode-se afirmar que Crisântemo:

- A) praticou o crime de tentativa de homicídio qualificado pelo motivo torpe, tendo ocorrido *aberratio ictus*.
- B) praticou o crime de tentativa de homicídio qualificado pelo motivo fútil, tendo ocorrido *aberratio ictus*.
- C) não praticou crime, pois se utilizou do meio necessário, portanto excluindo a ilicitude.
- D) praticou o crime de lesão corporal grave consumada, tendo ocorrido *aberratio ictus*.
- E) praticou o crime de lesão corporal gravíssima consumada, tendo ocorrido *aberratio delicti*.

## Questão 27

Maria, a pedido de sua prima Joana, por concupiscência desta, convenceu sua vizinha Pauliana, de 12 anos de idade, a assistir Joana e seu namorado Paulo em intimidades sexuais. Assim, pode-se concluir que Maria obrou para o delito de:

- A) submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento.
- B) aliciar criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso.
- C) favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável.
- D) satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.
- E) corrupção de menores.

João morava em uma comunidade onde havia comércio ilegal de *cannabis sativa*, razão por que era constante a ação da polícia no local. “Dedinho”, responsável pelo comércio ilegal de drogas na comunidade, objetivando não ser incomodado em suas vendas, e buscando não perder a sua mercadoria, contratou João para soltar rojões quando os policiais chegassem à entrada da comunidade, o que se deu por muitas vezes. Assim, João:

- A) praticou o crime de associação para o tráfico de drogas ilícitas (artigo 35 da Lei nº 11.343/2006).
- B) praticou o crime de quadrilha ou bando (artigo 288 do CP).
- C) colaborou como informante do tráfico de drogas ilícitas (artigo 37 da Lei nº 11.343/2006).
- D) deve responder como partícipe do tráfico de drogas ilícitas (artigo 33 da Lei nº 11.343/2006).
- E) deve responder como coautor do tráfico de drogas ilícitas (artigo 33 da Lei nº 11.343/2006).

## Questão 29

Lauro lançou detritos orgânicos em um rio que corta a sua fazenda tornando impróprio o consumo das águas dos lençóis subterrâneos pela população vizinha que deles se utilizava através de poços, pois na localidade não existia distribuição pública de rede de abastecimento de águas. Por constatação dos órgãos de Saúde Pública, o consumo das águas dos poços poderia causar danos à saúde humana. Assim, a Lauro:

- A) deve ser imputado o crime de causar poluição, preconizado no artigo 54 da Lei nº 9.605/1998.
- B) deve ser imputado o crime de perigo para a vida ou saúde de outrem, preconizado no artigo 132 do CP.
- C) deve ser imputado o crime de lesão corporal tentada, preconizado no artigo 129 c/c artigo 14, II, ambos do CP.
- D) deve ser imputado o crime de envenenamento de água potável, preconizado no artigo 270 do CP.
- E) não pode ser imputado crime, uma vez que os lençóis são subterrâneos.

Questão 30

A Portaria nº 104/2011, do Gabinete do Ministério da Saúde, definiu a relação de doenças de notificação compulsória em todo o território nacional. Joaquim, médico, ao tomar conhecimento de um paciente que estava com uma patologia descrita na referida normativa, por amizade ao mesmo, não comunicou a doença aos órgãos competentes, motivo pelo qual, ao ser descoberto tal fato, foi processado criminalmente. Na hipótese de antes do julgamento, ser editada nova normativa, retirando a referida patologia do rol de doenças de notificação compulsória, pode-se afirmar que:

- A) deve incidir a retroatividade da *lex mitior*, considerando que alterou a matéria da proibição.
- B) deve incidir a retroatividade do *abolitio criminis*, considerando que se alterou a matéria da proibição.
- C) trata-se de lei excepcional ou temporária, portanto pode ser condenado, consoante preconiza o artigo 3º do CP.
- D) não há como incidir a retroatividade da lei penal, em face de não ter sido alterado a matéria da proibição.
- E) deve ocorrer a ultra-atividade da lei penal, pois se trata de norma penal em branco *stricto sensu*.

Questão 31

Lucileide, ao sair de sua residência, foi rendida por dois homens, que portavam armas de fogo, e colocada no porta-malas do seu próprio veículo. Os marginais percorreram por muitas horas vários bairros, sendo exigido sempre de Lucileide efetuar vários saques bancários em contas de sua titularidade, sempre sob a ameaça de armas, inclusive sob a ameaça de ser violentada sexualmente. Logo, Lucileide foi vítima do delito de:

- A) cárcere privado (artigo 148 do CP).
- B) roubo (artigo 157, § 2, V, do CP).
- C) extorsão simples (artigo 158, *caput* do CP).
- D) extorsão qualificada (artigo 158, § 3º do CP).
- E) extorsão mediante sequestro (artigo 159 do CP).

Questão 32

Joseval, no calor de uma discussão com Marinalda, sua namorada, por divergências esportivas, pois torcem para times distintos, desferiu um soco no rosto desta, que resultou em lesão, após o que Marinalda passou a não sentir mais paladar. Assim, Joseval:

- A) deve responder pelo crime de lesão corporal simples.
- B) deve responder pelo crime de lesão corporal grave.
- C) deve responder pelo crime de lesão corporal gravíssima.
- D) deve responder pelo crime de violência doméstica.
- E) não deve responder por crime algum, pois a imputabilidade fica excluída pela emoção ou pela paixão.

Questão 33

Geraldino permitiu seu encarceramento pelo patologista André, para se submeter a uma experiência científica. Ao terminar o período da experiência, Geraldino procurou a delegacia de polícia da circunscrição de sua residência, alegando que fora vítima de crime, em face do seu encarceramento. Do relato apresentado, conclui-se:

- A) Não há crime, pois o consentimento do ofendido excluiu a ilicitude.
- B) André praticou o crime de sequestro ou cárcere privado qualificado, preceituado no artigo 148, § 1º, II (se o crime é praticado mediante internação da vítima em casa de saúde ou hospital) do CP.
- C) André praticou o crime de sequestro ou cárcere privado qualificado, preceituado no artigo 148, § 2º (se resulta à vítima, em razão de maus-tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral) do CP.
- D) André praticou o crime de lesão corporal, que absorve o crime de sequestro ou cárcere privado.
- E) André praticou os crimes de lesão corporal e de sequestro ou cárcere privado, em concurso material.

Questão 34

Quanto à aplicação da lei penal brasileira no espaço, é correto afirmar:

- I. O princípio da universalidade, preconizado no artigo 7º, II, a, do CP não obsta a concessão da extradição ao Estado no qual ocorreram as práticas delituosas.
- II. Em razão do princípio da personalidade passiva, o brasileiro nato não pode ser extraditado, entretanto é submetido à lei brasileira quando pratica crime no estrangeiro, mesmo que já tenha cumprido pena ou tenha sido absolvido no país onde praticou o crime.
- III. A legislação brasileira adota de forma irrestrita o princípio da justiça universal; inclusive nos crimes de tráfico de pessoas esse princípio prevalece em prejuízo do princípio da territorialidade.
- IV. O território onde estão instaladas as embaixadas estrangeiras passam a constituir território do Estado da embaixada.

Indique a opção que contempla a(s) assertiva(s) correta(s).

- A) I, II, III e IV.
- B) II, III e IV, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I e IV, apenas.
- E) I, apenas.

Questão 35

Quanto às organizações criminosas, preconizadas na Lei nº 9.034/1995, pode-se afirmar:

- I. A expressão “organização criminosa” preceituada no artigo 1º é um complemento normativo do tipo, tratando-se, no caso, de uma norma penal em branco heteróloga ou em sentido estrito.
- II. A definição jurídica de organização criminosa não se submete ao princípio da taxatividade.
- III. Entende-se como “grupo criminoso organizado” aquele estruturado de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando concertadamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício material.
- IV. Somente se entende como organização criminosa os ilícitos decorrentes de ações praticadas por quadrilha ou bando.

Indique a opção que contempla a(s) assertiva(s) correta(s).

- A) I, II, III e IV.
- B) I, II e III, apenas.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) I e IV, apenas.
- E) I, apenas.

Questão 36

Dois veículos chocaram-se em um cruzamento. Em razão da colisão, um dos motoristas fraturou um braço, o que o impossibilitou de trabalhar por seis meses. O outro motorista teve uma luxação no joelho direito. O fato foi apurado pela delegacia local, restando cabalmente provado que os motoristas de ambos os carros concorreram para a colisão, pois um, em face da ausência de manutenção, estava sem freio, e o outro havia avançado o sinal e estava em velocidade acima da permitida. Assim, conclui-se que se trata de hipótese de:

- A) autoria colateral.
- B) compensação de culpa.
- C) lesão corporal culposa, preceituada no artigo 129, § 6º do CP.
- D) *aberratio delicti*.
- E) culpa consciente.



Questão 37

O agente penitenciário Mauro agenciou a fuga de três pessoas que cumpriam medida de segurança imposta pelo Juiz criminal no manicômio judiciário em que era lotado. Para tanto, Mauro recebeu um carro, uma casa e vinte mil reais em dinheiro. Portanto, Mauro:

- A) não deve responder por crime algum, pois se trata de cumprimento de medida de segurança.
- B) deve responder pelo crime de facilitação de fuga, preceituado no artigo 351 do CP.
- C) deve responder pelo crime de corrupção ativa, preceituado no artigo 333 do CP.
- D) deve responder pelo crime de corrupção passiva, preceituado no artigo 317 do CP.
- E) deve responder pelo crime de concussão, preceituado no artigo 316 do CP.

Questão 38

No interior de uma aeronave de uma companhia americana, quando esta sobrevoava o estado da Bahia, Patrícia, que embarcara no aeroporto de Vitória – ES, viajando para os Estados Unidos da América, teve um desentendimento com uma comissária de bordo do avião, por causa do assento em que estava posicionada. Em razão do tratamento dispensado pela comissária de bordo, Patrícia solicitou seu nome, ocasião em que a funcionária da companhia aérea disse que não daria, inclusive afirmou: “Amanhã vou acordar jovem, bonita, orgulhosa, rica e sendo uma poderosa americana, e você vai acordar como safada, depravada, repulsiva, canalha e miserável brasileira.” Assim, essa aeromoça:

- A) não praticou crime perante a lei brasileira, em face do princípio do pavilhão.
- B) praticou o crime de injúria racial, com fulcro no artigo 140, § 3º do CP.
- C) praticou o crime de tortura (Lei nº 9.455/1997), pois constrangeu a vítima, causando-lhe sofrimento mental, em razão de discriminação racial.
- D) praticou o crime de racismo, preceituado na Lei nº 7.716/1989.
- E) praticou o crime de difamação, com fulcro no artigo 139 do CP.

Questão 39

Adriana, desejando a morte de sua amiga Leda, por vingança, mediante ameaça com uma faca, obrigou-a a ingerir “chumbinho”, substância utilizada para matar ratos, a despeito das súplicas da vítima que sabia que a ingestão daquela substância poderia levá-la a morte. Após a ingestão do veneno, a vítima permaneceu agonizando por duas horas, vindo a óbito. Logo, Adriana deve responder pelo crime de homicídio doloso:

- A) simples consumado.
- B) qualificado por meio insidioso.
- C) qualificado por meio cruel.
- D) duplamente qualificado por motivo torpe e por meio insidioso.
- E) duplamente qualificado por motivo torpe e por meio cruel.

Questão 40

A Presidente da República editou uma Medida Provisória, agravando a pena de um determinado crime. Logo, pode-se afirmar:

- I. Trata-se de lei em sentido formal.
- II. Pelo princípio da retroatividade benéfica, a Medida Provisória somente poderá ser aplicada a fatos posteriores à sua edição.
- III. A agravação da pena somente poderá ocorrer após a aprovação da Medida Provisória pelo Congresso Nacional.
- IV. Apresenta vício de origem que não convalesce pela sua eventual aprovação.

Indique a opção que contempla a(s) assertiva(s) correta(s).

- A) I, II, III e IV.
- B) I, II e III, apenas.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) I, apenas.
- E) IV, apenas.

Questão 41

Luciano, sorrateiramente, apoderou-se de um cheque ao portador de Vitor, em face deste dever a ele uma importância idêntica à consignada no cheque, como forma de pagamento e de quitação da dívida de que é credor, tendo descontado o referido título de crédito. Assim, Luciano:

- A) praticou o crime de furto.
- B) praticou o crime de estelionato.
- C) incorreu em erro de tipo.
- D) incorreu em erro de proibição.
- E) praticou o crime de apropriação indébita.

Questão 42

Calêndula vendeu sua enteada Florisbela, de dezenove anos de idade, com a finalidade da mesma ser explorada sexualmente no exterior. Logo, Calêndula:

- A) não praticou crime, pois o ato de vender alguém com a finalidade de exploração sexual não está criminalizado no Código Penal Brasileiro.
- B) praticou o crime de rufianismo, preceituado no artigo 230 do CP.
- C) praticou o crime de tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual, preceituado no artigo 231 do CP.
- D) praticou o crime de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual, preceituado no artigo 228 do CP.
- E) praticou o crime de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável, preceituado no artigo 218-B do CP.

Questão 43

Manoel, Paulo, Joaquim, Floriano e Constantino estavam reunidos há cerca de seis meses, para a constituição de um monopólio para a exploração e extração de areia. Eles pagavam mensalmente dez mil reais a Elpídio, oficial da patrulha ambiental, e a outros brigadianos, a fim de que se omitissem de realizar atos de fiscalização, inclusive, passaram a fazer contatos com outras autoridades e pessoas influentes visando à promoção de Elpídio, que, uma vez no comando da polícia ambiental do Estado, com mais efetividade atenderia aos interesses dos demais corrêus. Assim:

- A) praticaram os crimes de quadrilha ou bando (artigo 288 do CP), tráfico de influência (artigo 332 do CP), corrupção ativa (artigo 333 do CP) e crime contra a Administração Ambiental (Lei nº 9.605/1998.)
- B) praticaram os crimes de quadrilha ou bando (artigo 288 do CP), tráfico de influência (artigo 332 do CP) e corrupção ativa (artigo 333 do CP).
- C) praticaram os crimes de quadrilha ou bando (artigo 288 do CP) e tráfico de influência (artigo 332 do CP).
- D) praticaram o crime de quadrilha ou bando (artigo 288 do CP) somente.
- E) praticaram o crime de tráfico de influência (artigo 332 do CP) somente.

Questão 44

O policial militar Efigênio estava efetuando uma ronda, quando se deparou com dois elementos que se agrediam, um deles já bastante ferido. Solicitou que parassem de brigar, mas eles não o atenderam. Apesar do PM portar um bastão, que seria suficiente para contê-los, efetuou um disparo com sua arma de fogo para o ar, haja vista o local não ser habitado. Entretanto, o agressor que estava em vantagem não se intimidou e partiu em sua direção para agredi-lo, ocasião em que Efigênio efetuou um disparo contra o agressor, causando-lhe lesões, que o levaram a permanecer durante trinta e cinco dias em coma. Pode-se, então, afirmar que o policial militar Efigênio:

- A) praticou o crime de homicídio doloso tentado, pois obrou em excesso doloso da legítima defesa.
- B) praticou o crime de homicídio culposo tentado, pois obrou em excesso culposo da legítima defesa.
- C) praticou o crime de lesão corporal grave, pois obrou em excesso doloso da legítima defesa.
- D) praticou o crime de lesão corporal grave, pois obrou em excesso culposo da legítima defesa.
- E) não praticou crime, pois obrou nos estritos limites da legítima defesa.

Questão 45

Josefina, chefe de uma seção da Secretaria de Estado de Saúde, tomou conhecimento de que um funcionário de sua repartição havia subtraído uma impressora do órgão público. Por compaixão, em face de serem muito amigos, Josefina não leva o fato ao conhecimento dos seus superiores, para que as medidas cabíveis quanto à responsabilização do servidor fossem adotadas. Portanto, Josefina:

- A) não obrou para crime algum, haja vista não ter competência para responsabilizar o seu subordinado.
- B) obrou para crime de condescendência criminosa, haja vista ter competência para responsabilizar o seu subordinado.
- C) obrou para crime de condescendência criminosa, haja vista não ter competência para responsabilizar o seu subordinado, mas o dever de levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.
- D) obrou para crime de corrupção passiva, haja vista a compaixão ser uma vantagem indevida.
- E) obrou para crime de prevaricação.

Questão 46

Daniele falsificou um cartão de crédito de sua irmã Luciana. Logo, pode-se afirmar:

- A) praticou o crime de estelionato.
- B) praticou o crime de falsificação de documento particular.
- C) praticou o crime de falsificação de documento público.
- D) trata-se de hipótese de escusa absolutória.
- E) trata-se de imunidade penal relativa.

Questão 47

Anderson, ginecologista, foi procurado por Zéfira, que estava grávida de seu amante Josenildo. Zéfira solicitou que Anderson interrompesse sua gravidez, mediante a utilização de uma curetagem, objetivando esconder a traição. Anderson, que era inimigo de Josenildo, efetuou um procedimento cirúrgico causando a expulsão do embrião e, para se vingar de Josenildo, retirou os dois ovários de Zéfira. Assim, pode-se afirmar:

- A) Zéfira deve responder pelo crime de aborto provocado com o consentimento da gestante (artigo 124 do CP), em concurso de agentes com Anderson.
- B) Anderson deve responder pelo crime de aborto com o consentimento da gestante (artigo 126 do CP) com a causa de aumento de pena prevista no artigo 127 do CP.
- C) Anderson deve responder pelo crime de aborto com o consentimento da gestante (artigo 126 do CP) e lesão corporal gravíssima (se resulta perda ou inutilização de função – artigo 129, § 2º, III do CP), em concurso formal.
- D) Anderson deve responder pelo crime de aborto com o consentimento da gestante (artigo 126 do CP) e lesão corporal gravíssima (se resulta perda ou inutilização de função - artigo 129, § 2º, III, do CP), em concurso material.
- E) Anderson deve responder pelo crime de lesão corporal gravíssima (se resulta aborto).

Questão 48

Sílvio e Mário, por determinação de Valmeia, prima de Sílvio, tomaram vários eletrodomésticos da casa de Joaquina, que havia saído para trabalhar. Após a divisão em partes iguais, Valmeia, por necessitar para utilização em sua casa, comprou de Sílvio e Mário os eletrodomésticos que lhes couberam na divisão. Logo, pode-se afirmar que:

- A) Valmeia, Sílvio e Mário são coautores do crime de furto.
- B) Sílvio e Mário são autores do crime de furto, enquanto Valmeia é partícipe do crime de furto.
- C) Sílvio e Mário são autores do crime de furto, enquanto Valmeia é autora do crime de furto e receptação em concurso material.
- D) Sílvio e Mário são autores do crime de furto, enquanto Valmeia é autora do crime de furto e receptação em concurso formal.
- E) Sílvio e Mário são autores do crime de furto, enquanto Valmeia é autora do crime de furto e receptação em continuidade delitiva.

Questão 49

Índio, de 17 anos de idade, Polegar, de 18 anos de idade, e Calunga, de 25 anos de idade, utilizavam Maurinho, de 5 anos, como isca para atrair pessoas, ocasião em que retiravam das vítimas todos os pertences, mediante ameaça com um revólver de propriedade de Calunga. Após um ano dessa prática, sempre da mesma forma, no mesmo local e com os mesmos personagens, foram descobertos. Logo, pode-se afirmar.

- I. Ocorreu o crime de formação de quadrilha (artigo 288 do CP).
- II. Ocorreram crimes de roubo, com causa especial de aumento de pena, em face do emprego de arma e concurso de mais de duas pessoas, em concurso material (artigo 157, § 2º, I e II c/c artigo 69, todos do CP).
- III. Ocorreram crimes de roubo, com causa especial de aumento de pena, em face do emprego de arma, em concurso material (artigo 157, § 2º, I c/c artigo 69, todos do CP).
- IV. Ocorreram crimes de roubo, com causa especial de aumento de pena, em face do emprego de arma e concurso de mais de duas pessoas, em continuidade delitiva (artigo 157, § 2º, I e II c/c artigo 71, todos do CP).

Indique a opção que contempla apenas a(s) assertiva(s) correta(s).

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) I e IV.
- D) I.
- E) IV.



Questão 50

Gertrudes, para ir brincar o carnaval, deixou dormindo em seu apartamento seus filhos Lúcio, de cinco anos de idade, e Lígia, de sete anos de idade. As crianças acordaram e, por se sentirem sós, começaram a chorar. Os vizinhos, ouvindo os choros e chamamentos das crianças pela janela do apartamento, que ficava no terceiro andar do prédio, arrombaram a porta, recolheram as crianças e entregaram-nas ao Conselho Tutelar. Logo, pode-se afirmar que Gertrudes deve responder pelo crime de:

- A) perigo a vida ou saúde de outrem e os vizinhos não praticaram crime, pois estavam agindo em legítima defesa de terceiros.
- B) abandono de incapaz e os vizinhos não praticaram crime, pois estavam agindo em legítima defesa de terceiros.
- C) perigo a vida ou saúde de outrem e os vizinhos não praticaram crime, pois estavam agindo em estado de necessidade de terceiros.
- D) abandono de incapaz e os vizinhos não praticaram crime, pois estavam agindo em estado de necessidade de terceiros.
- E) pelo crime de abandono material e os vizinhos não praticaram crime, pois estavam agindo em estado de necessidade exculpante de terceiros.

Questão 51

Quanto ao crime de porte ilegal de arma de fogo, é correto afirmar:

- I. É crime de perigo concreto.
- II. É imprescindível a demonstração de efetivo caráter ofensivo.
- III. Tem como objetivo proteger a incolumidade pessoal.
- IV. É um tipo penal preventivo, que busca minimizar o risco de comportamentos que vêm produzindo efeitos danosos à sociedade.

Indique a opção que contempla a(s) assertiva(s) correta(s).

- A) I, II, III e IV.
- B) I, II e III, apenas.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) I, apenas.
- E) IV, apenas.

Questão 52

Quanto ao crime de ocultação de cadáver, é INCORRETO afirmar:

- I. O sujeito passivo é a coletividade.
- II. É crime vago.
- III. Possui sujeito passivo determinado.
- IV. Não importa se o cadáver era de uma criança, de um jovem, de uma grávida, pois morto é o objeto material do delito.

Indique a opção que contempla a(s) assertiva(s) correta(s).

- A) I, II, III e IV.
- B) I, II e III, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) III, apenas.

Questão 53

Túlio, em razão de seu casamento com Maria, declarou no cartório de registro de pessoas naturais que era divorciado, sendo o matrimônio com Maria consumado. Entretanto, Túlio era casado com Claudia, mas estavam separados de fato há muitos anos. Serviram como testemunhas Joana e Paulo, primos de Túlio, que tinham conhecimento do casamento e da separação de fato deste com Claudia. Assim pode-se afirmar:

- I. Houve o crime de falsidade ideológica praticado por Túlio, mas que restará absorvido pelo princípio da especialidade.
- II. Trata-se de crime próprio, sendo coautores Joana e Paulo, primos de Túlio.
- III. A anulação do casamento de Túlio com Claudia pelo motivo da bigamia, tornaria inexistente o crime de bigamia.
- IV. O objeto material desse crime é Claudia.

Indique a opção que contempla a(s) assertiva(s) correta(s).

- A) I, II, III e IV.
- B) I, II e III, apenas.
- C) II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) IV, apenas.

Questão 54

Em razão do pleito de Mário, chefe de departamento da Secretaria de Obras, em favor de seu amigo José, que era proprietário de uma empresa de recapeamento, foi celebrado um contrato entre a empresa de José e a referida Secretaria, objetivando o recapeamento de várias ruas. Esse contrato posteriormente foi invalidado por decisão judicial, haja vista ferir vários preceitos legais. Logo, Mário:

- A) praticou o crime preceituado na Lei nº 8.666/1993.
- B) praticou o crime de advocacia administrativa, preceituado no artigo 321 do CP.
- C) praticou o crime de prevaricação, preceituado no artigo 319 do CP.
- D) praticou o crime de corrupção passiva, preceituado no artigo 317 do CP.
- E) tem sua conduta justificada, em face da decisão de invalidade do contrato.

Questão 55

Sebastião promoveu, organizou e dirigiu as atividades exercidas por Maria, Paula e Ariane, que veiculavam anúncios publicitários na imprensa, oferecendo carta de crédito para aquisição de veículos que não existiam. Inclusive, garantiam às vítimas a liberação da carta de crédito no prazo máximo de uma semana. Chegaram a firmar contrato com cinco vítimas, que, a despeito de efetuarem o pagamento, nunca receberam os veículos. Portanto, pode-se afirmar que praticaram:

- I. Crime contra o consumidor (artigo 7º, inciso VII, da Lei nº 8.137/1990).
- II. Crime contra o consumidor (Lei nº 8.078/1990).
- III. Quadrilha ou bando (artigo 288 do CP).
- IV. Estelionato (artigo 171 do CP)

Indique a opção que contempla a(s) assertiva(s) correta(s).

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) II, apenas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL / LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

Questão 56

Proprietários de uma empresa, situada em Vitória-ES, adquiriram grandes quantidades de medicamentos de laboratórios idôneos no Brasil, os quais, eram retirados de suas embalagens originais e, após serem adulterados em sua composição química, eram acondicionados em novas embalagens, para em seguida, serem revendidos de forma lícita como remédios genéricos no mercado interno e até no exterior, como Japão, Inglaterra e China, inclusive utilizavam na atividade financeira da empresa, valores provenientes de infrações penais. O Delegado de Polícia de Vitória, tomando conhecimento de tais fatos:

- A) deve comunicá-los à Polícia Federal, haja vista as condutas causarem lesão a interesse da União.
- B) deve instaurar inquérito policial e, após as conclusões das investigações, remetê-lo à Justiça Federal, em face da competência.
- C) deve instaurar inquérito policial e, após as conclusões das investigações, remetê-lo à Justiça Estadual do Espírito Santo, em face da competência.
- D) não poderá formalizar qualquer procedimento, em face da atração da Justiça estrangeira para processar e julgar.
- E) o crime de lavagem de dinheiro sempre atrai a competência da Justiça Federal.

Questão 57

Policiais militares, em patrulhamento, trocaram tiros com Manoel, Paulo e Pedro, todos foragidos da justiça, culminando com lesões corporais provocadas em Manoel e Paulo. Pode-se afirmar:

- A) A Justiça militar é competente para processar e julgar os crimes de lesão corporal cometidos por militares no exercício de sua função, ainda que contra vítima civil, bem como os crimes dolosos contra a vida praticado por militares contra civil.
- B) A Justiça militar é competente para processar e julgar os crimes de lesão corporal cometidos por militares no exercício de sua função, ainda que contra vítima civil. A Justiça comum é competente para investigar os crimes dolosos contra a vida praticado por militares contra civil.
- C) A Justiça comum é competente para processar e julgar os crimes de lesão corporal cometidos por militares no exercício de sua função, ainda que contra vítima civil, bem como os crimes dolosos contra a vida praticado por militares contra civil.
- D) Ficou evidenciado que os policiais militares não agiram em atividade de natureza militar, o que caracteriza a existência de crime castrense.
- E) Ficou evidenciado que os policiais militares não agiram em atividade de natureza militar, o que caracteriza a existência de crime comum.

Questão 58

Um inquérito policial foi instalado formalmente em 25/6/2008, em face de diligências anteriores a fevereiro de 2007 e, até julho de 2008, os procedimentos de monitoramento telefônico e telemático, que tiveram início desde fevereiro de 2007, foram efetuados, sem autorização judicial, por agentes de órgão de inteligência governamental estranho à polícia. Inclusive, o Delegado de Polícia responsável arregimentou, para as ações de monitoramento, entre 75 e 100 servidores do órgão de inteligência e ex-agente aposentado sem o conhecimento do Poder Judiciário. Posteriormente, o inquérito policial foi concluído e a ação penal proposta, em face dos indiciados. As interceptações ou monitoramentos foram confirmados por depoimentos de testemunhas em Juízo, colhidos sob o contraditório, respeitada a ampla defesa. Assim, impõe-se:

- A) a anulação da ação penal desde o início, em face das provas obtidas através de meios ilícitos.
- B) o prosseguimento da ação penal, desentranhando as provas obtidas através de meios ilícitos.
- C) a manutenção da ação penal com todas as provas, pois o que deve prevalecer é o interesse público, no que tange à prova ilícita.
- D) observar a proporcionalidade entre os interesses individuais e o interesse público, para o desentranhamento das provas obtidas através de meios ilícitos.
- E) o prosseguimento da ação penal em sua integralidade, em face de não haver prova ilícita.

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS



Questão 59

No tocante à investigação criminal pertinente aos crimes de tráfico de drogas, leia as assertivas a seguir e marque a alternativa correta.

- I. O laudo prévio pode ser realizado por um só perito oficial, entretanto o laudo definitivo deverá ser realizado por dois peritos oficiais, ficando impedido de participar do laudo definitivo o perito que participar do laudo prévio, sob pena de nulidade.
- II. O inquérito policial será concluído no prazo de trinta dias, se o indiciado estiver preso e de noventa dias, se o indiciado estiver solto.
- III. Tratando-se do crime preceituado no artigo 33, § 3º da Lei nº 11.343/2006 (Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, à pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem), o inquérito policial deve ser instaurado de plano pela autoridade policial.
- IV. Findos os prazos preceituados na Lei nº 11.343/2006, a autoridade policial remeterá os autos do inquérito policial ao Juízo, sem prejuízo de diligências complementares necessárias ou úteis à plena elucidação do fato, cujo resultado deverá ser encaminhado ao juízo competente até três dias antes da audiência de instrução e julgamento.

- A) Apenas I e III estão corretas.
- B) Apenas II e III estão corretas.
- C) Apenas II e IV estão corretas.
- D) Apenas I, II e IV estão corretas.
- E) Apenas II, III e IV estão corretas.

Questão 60

Marque a resposta correta.

- A) Trata-se de flagrante diferido quando policiais, realizando uma busca pessoal, colocam no bolso da vítima da busca determinada quantidade de droga.
- B) Havendo concurso material de delitos, somam-se as penas mínimas abstratas cominadas, para o exame do cabimento da fiança.
- C) Se, na fase policial, foi o delito tipificado como afiançável e, o Ministério Público denuncia como inafiançável, fica o Magistrado obrigado a efetuar a cassação da fiança anteriormente concedida.
- D) A proibição de liberdade provisória por crimes hediondos veda o relaxamento da prisão processual.
- E) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a cinco anos.

Questão 61

É INCORRETO afirmar:

- A) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- B) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório em poder do *Parquet*, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- C) O impedimento do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova, já documentados em procedimento investigatório, pode constituir constrangimento ilegal passível de ser remediado por *habeas corpus* ou mandado de segurança, dependendo do caso.
- D) A autoridade policial, ao iniciar uma investigação, não está atrelada a nenhuma forma previamente determinada.
- E) O direito do indiciado, por seu advogado, inclui as relativas à decretação e às vicissitudes da execução de diligências em curso.

Questão 62

Marque a resposta correta.

- A) É ilícita a gravação de conversa informal entre os policiais e o conduzido ocorrida quando da lavratura do auto de prisão em flagrante, se não houver prévia comunicação do direito de permanecer em silêncio.
- B) O direito de o indiciado permanecer em silêncio, na fase policial, pode ser relativizado em função do dever-poder do Estado de exercer a investigação criminal.
- C) A apresentação de documento de identidade falso no momento da prisão em flagrante não caracteriza a conduta descrita no artigo 304 do CP (uso de documento falso), pois constitui um mero exercício do direito de autodefesa.
- D) O fato da prisão ter sido em flagrante impede, por si só, que se reconheça a atenuante da confissão espontânea.
- E) O crime de documento falso consuma-se no momento e lugar em que ele é utilizado e sendo praticado em detrimento do serviço prestado na fronteira, com ingresso ou saída do país, é competente o Juízo de Direito Estadual.

Questão 63

Quanto aos processos ou procedimentos que tenham por objeto crimes praticados por organizações criminosas, o Juiz poderá decidir:

- I. Pela formação de colegiado para a prática de qualquer ato processual, especialmente decretação de prisão ou de medidas assecuratórias, concessão de liberdade provisória ou revogação de prisão.
- II. Pela formação de colegiado para a prática de qualquer ato processual, especialmente sentença, progressão ou regressão de regime de cumprimento de pena, concessão de liberdade condicional.
- III. Pela formação de colegiado para a prática de qualquer ato processual, especialmente transferência de preso para estabelecimento prisional de segurança máxima.
- IV. Pela formação de colegiado para a prática de qualquer ato processual, especialmente inclusão do preso no regime disciplinar diferenciado.

Indique a opção que contempla a(s) assertiva(s) correta(s).

- A) I, II, III e IV.
- B) II, III e IV, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I e IV, apenas.
- E) I, apenas.

Questão 64

Quanto ao sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança, é correto afirmar que a autoridade policial, por ocasião da prisão, deve providenciar o lançamento dos dados ou das informações referentes:

- I. ao tipo penal e pena em abstrato e comunicação da prisão à família e ao defensor.
- II. ao nome, filiação, data de nascimento e sexo.
- III. à utilização de equipamento de monitoração eletrônica.
- IV. à data da prisão ou da internação.

Estão corretas:

- A) I, II, III e IV.
- B) I, II e III, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I e III, apenas.

Questão 65

Quanto à interceptação de comunicações telefônicas, para prova em investigação criminal, é correto afirmar:

- A) É impossível a prorrogação do prazo de autorização para a interceptação telefônica, mesmo que sucessivas.
- B) Para fundamentar o pedido de interceptação, a lei apenas exige relatório circunstanciado da polícia com a explicação das conversas e da necessidade da continuação das investigações.
- C) É exigida a transcrição total das conversas interceptadas.
- D) A interceptação telefônica de forma fundamentada, legal e legítima, as informações e provas coletadas dessa diligência não podem subsidiar denúncia com base em crimes puníveis com pena de detenção, mesmo que conexos aos primeiros tipos penais que justificaram a interceptação.
- E) Na linha do artigo 6º, *caput*, da Lei nº 9.296/1996, a obrigação de cientificar o Ministério Público das diligências efetuadas não é prioritariamente da polícia.

Questão 66

Quanto à prisão processual de natureza cautelar, é correto afirmar:

- A) A prisão após o trânsito em julgado da condenação pode ser decretada a título cautelar, em face da execução da pena imposta.
- B) A privação cautelar da liberdade individual, qualquer que seja a modalidade autorizada pelo ordenamento positivo, se traduz em execução provisória da futura condenação.
- C) Revela-se absolutamente constitucional a utilização, com fins punitivos, da prisão cautelar, pois esta pode se destinar a punir o indiciado.
- D) Os elementos próprios à tipologia, bem como as circunstâncias da prática delituosa, são suficientes para respaldar a prisão preventiva.
- E) Réu que não comparece à delegacia de polícia para depoimento, não autoriza a custódia cautelar.

Questão 67

Quanto aos programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, é INCORRETO afirmar que compreendem, dentre outras, as seguintes medidas, aplicáveis isolada ou cumulativamente em benefício da pessoa protegida, segundo a gravidade e as circunstâncias de cada caso:

- I. Segurança na residência, sem o controle de telecomunicações, e apoio do órgão executor do programa para o cumprimento de obrigações civis e administrativas que exijam o comparecimento pessoal.
- II. Escolta e segurança nos deslocamentos da residência, inclusive para fins de trabalho ou para a prestação de depoimentos e preservação da identidade, imagem e dados pessoais.
- III. Transferência de residência ou acomodação provisória em local compatível com a proteção, bem como suspensão temporária das atividades funcionais, sem prejuízo dos respectivos vencimentos ou vantagens, quando servidor público ou militar.
- IV. Ajuda financeira mensal para prover as despesas necessárias à subsistência individual ou familiar, no caso de a pessoa protegida estar impossibilitada de desenvolver trabalho regular ou de inexistência de qualquer fonte de renda.

Indique a opção que contempla a(s) assertiva(s) correta(s).

- A) I, II, III e IV.
- B) II, III e IV, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I e IV, apenas.
- E) I, apenas.

Questão 68

Romualdo e Paulo subtraíram pertences de Cláudia, utilizando-se para tanto de um punhal, que possuía o cabo cravejado com pedras. Logo após ter sofrido a subtração de seus pertences, Cláudia comunicou o fato a policiais civis da delegacia de polícia próxima, onde lhe apresentaram um álbum fotográfico da distrital, tendo Cláudia reconhecido Romualdo. Os policiais, então, saíram em diligência e lograram êxito em deter Romualdo que contribuiu para as investigações fornecendo o nome de seu comparsa, culminando, a seguir, com a detenção de Paulo, bem como apreenderam a arma e recuperaram a *res furtiva* com Paulo. Você, Delegado de Plantão, apreciando toda a ocorrência e confirmando os fatos deverá:

- A) autuá-los em flagrante delito, pois se trata de flagrante ficto.
- B) autuá-los em flagrante delito, pois se trata de flagrante próprio.
- C) autuá-los em flagrante delito, pois se trata de quase flagrante.
- D) autuá-los em flagrante delito, pois se trata de flagrante impróprio.
- E) libertá-los após colher suas declarações, pois não estavam mais em flagrante delito.



Questão 69

Altair foi detido e conduzido à delegacia de polícia da circunscrição, em face de estar portando uma pistola, calibre 45, com numeração raspada. Como se tratava de uma cidade do interior, que não tinha autoridade policial todos os dias para apreciar as ocorrências policiais, Vanessa, Escrivã de Polícia, por ser altamente competente e diligente, lavrou um auto de flagrante delito e deu nota de culpa a Altair, por crime previsto no Estatuto do Desarmamento. Assim, pode-se afirmar:

- A) O auto de prisão em flagrante lavrado pela Escrivã de Polícia Vanessa é nulo, bem como serão nulos todos os atos decorrentes, inclusive a ação penal e futura condenação decorrentes desse auto de prisão em flagrante serão nulas.
- B) O auto de prisão em flagrante lavrado pela Escrivã de Polícia Vanessa é nulo, mas a ação penal e futura condenação decorrentes desse auto de prisão em flagrante não serão nulas.
- C) O auto de prisão em flagrante lavrado pela Escrivã de Polícia Vanessa poderá ser convalidado com a posterior assinatura da autoridade policial, bem como serão nulos todos os atos decorrentes, inclusive ação penal e futura condenação decorrentes desse auto de prisão em flagrante serão nulas.
- D) O auto de prisão em flagrante lavrado pela Escrivã de Polícia Vanessa não pode ser atacado por *habeas corpus*, em face de não haver nulidade em sede de inquérito policial.
- E) O auto de prisão em flagrante lavrado pela Escrivã de Polícia Vanessa é nulo, entretanto permanecem os efeitos coercitivos da medida cautelar.

Questão 70

Quanto às Turmas Recursais dos Juizados Especiais Criminais, está correto afirmar:

- I. O Supremo Tribunal Federal não é competente para processamento e julgamento de mandado de segurança contra atos das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Criminais.
- II. O Supremo Tribunal Federal é competente para processamento e julgamento de *habeas corpus* contra atos das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Criminais.
- III. Cabe *habeas corpus*, mandado de segurança e revisão criminal contra atos das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Criminais.
- IV. Não cabe recurso extraordinário contra atos das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Criminais.

Indique a opção que contempla a(s) assertiva(s) correta(s).

- A) I, II, III e IV.
- B) I, II e III, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) IV, apenas.

Questão 71

Quanto à existência de conexão entre o crime de contrabando e contravenção penal, pode-se afirmar:

- A) Compete ao Juízo Federal processar e julgar o crime de contrabando e contravenção penal conexa.
- B) Compete ao Juízo Estadual processar e julgar o crime de contrabando e contravenção penal conexa.
- C) Compete a Justiça Federal Criminal, na vigência da Constituição de 1988, o processo por contravenção penal, ainda que praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades.
- D) Não cabe desmembramento, em face da competência constitucional.
- E) Compete ao Juizado Especial Criminal processar e julgar a conduta relacionada à contravenção, remanescendo a competência do Juízo Federal Criminal para o processo e julgamento do crime de contrabando.

Questão 72

Ludimila foi denunciada como incurso nas penas do artigo 38 da Lei nº 9.605/1998 (destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção por ter danificado área de floresta em formação considerada de preservação permanente). Após já ter sido oferecida a denúncia, ela foi convocada à delegacia, onde foi indiciada formalmente sobre os mesmos fatos. Logo, é correto afirmar:

- A) O indiciamento, após oferecida denúncia pelos mesmos fatos, constitui constrangimento ilegal.
- B) Como o inquérito policial é um procedimento meramente administrativo, não constitui constrangimento ilegal o indiciamento formal após já haver denúncia pelos mesmos fatos.
- C) Pode haver indiciamento formal, após recebida denúncia pelos mesmos fatos, quando houver determinação judicial.
- D) Pode haver indiciamento formal, após recebida denúncia pelos mesmos fatos, quando houver requisição do Ministério Público.
- E) O crime do artigo 38 da Lei nº 9.605/1998 não admite indiciamento ou denúncia.

Questão 73

Quanto à ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública:

- I. Quando o Ministério Público oferece denúncia contra uns indiciados e deixa de apresentar denúncia contra alguns dos indiciados, impede a propositura de ação penal privada subsidiária da pública.
- II. O crime de homicídio doloso qualificado pode se iniciar por queixa-crime.
- III. Cabe perdão do querelante, instituto típico da ação penal de iniciativa privada.
- IV. Não se aplica ao crime de abuso de autoridade.

Indique a opção que contempla as assertivas corretas.

- A) I, II, III e IV.
- B) I, II e III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) III e IV, apenas.

Questão 74

Quanto à Lei nº 9.605/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, é correto afirmar:

- A) Os animais apreendidos serão entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, independentemente de ficarem sob a responsabilidade de técnicos habilitados.
- B) Tratando-se de produtos perecíveis ou madeiras, estes irão a hasta pública, sendo o resultado depositado em favor do meio ambiente.
- C) Os produtos e subprodutos da fauna perecíveis serão preservados como prova do crime.
- D) Os instrumentos utilizados na prática da infração serão vendidos, garantida a sua descaracterização por meio da reciclagem.
- E) Nas infrações penais previstas nessa lei, a ação penal é pública condicionada à representação.

Questão 75

Quanto às medidas cautelares, é correto afirmar:

- I. As medidas cautelares poderão ser decretadas pelo Juiz, quando houver necessidade para a investigação criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais, mediante representação da autoridade policial.
- II. Nos casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, o Juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, determinará a intimação da parte contrária, acompanhada de cópia do requerimento e das peças necessárias, permanecendo os autos em juízo.
- III. No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o Juiz não poderá substituir a medida, impor outra em cumulação ou decretar a prisão preventiva.
- IV. A prisão preventiva não poderá ser determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar.

Indique a opção que contempla a(s) assertiva(s) correta(s).

- A) I, II, III e IV.
- B) I, II e III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) IV, apenas.
- E) I, apenas.

## Questão 76

Quanto à prescrição, é correto afirmar:

- A) A prescrição intercorrente foi admitida pelo Código Civil vigente, sendo verificada pela inércia continuada e ininterrupta do autor do processo já iniciado, durante um tempo suficiente para a ocorrência da própria perda da pretensão.
- B) A prescrição aplica-se aos direitos potestativos.
- C) A prescrição pode ser estabelecida por lei ou pela vontade contratual.
- D) A prescrição não admite renúncia, nem após a sua consumação.
- E) Se a prescrição for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o Juiz não pode suprir a alegação.

## Questão 77

Quanto à propriedade e posse, marque a alternativa correta.

- A) A responsabilidade do locatário de um imóvel que, em tese, é quem comete a infração condominial, exclui a responsabilidade do proprietário do imóvel, por estar na posse direta e o proprietário na posse indireta.
- B) Em um contrato de locação de imóvel, o locador mantém o poder residual concernente à vigilância, à conservação ou mesmo o aproveitamento de certas vantagens da coisa, mesmo depois de transferir a outrem o direito de usar o bem, objeto da locação.
- C) O proprietário com posse indireta pode se eximir de responder pelos danos causados pelo uso indevido de sua propriedade.
- D) Ao locador não cumpre zelar pelo uso adequado de sua propriedade, assegurando-se que o locatário dê a destinação correta ao imóvel, visto que lhe são conferidos instrumentos coercitivos para compelir o locatário a cumprir as disposições condominiais.
- E) O locador pode ingressar no imóvel, mesmo contra a vontade do locatário, haja vista poder exercer os atributos da propriedade quando o imóvel estiver sendo utilizado com fim diverso do pactuado.

Quanto à personalidade, pode-se afirmar que o nascituro:

- I. É considerado juridicamente pelo direito brasileiro pessoa.
- II. Pode receber doação, sem prejuízo do recolhimento do imposto de transmissão.
- III. Pode ser beneficiado por legado e herança.
- IV. Tem direito à realização do exame de DNA, para aferição de paternidade, como decorrência da proteção que lhe é conferida pelos direitos da personalidade.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) I, II e IV.
- E) II, III e IV.

Questão 79

Quanto aos direitos dos consumidores preceituados na Lei nº 8.078/1990, estão corretas as seguintes afirmativas:

- I. Consumidor é somente a pessoa física que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final, bem como a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
- II. Constituem vícios do produto os defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de produtos, informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.
- III. O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de sete dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.
- IV. Não sendo o vício do produto sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha, a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; o abatimento proporcional do preço.

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas III e IV.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

Questão 80

Quanto à família e à relação de parentesco, é correto afirmar:

- I. É presumível (presunção *iuris et iures*) a necessidade de os filhos continuarem a perceber alimentos após a maioridade, quando frequentam curso universitário ou técnico, porque se entende que a obrigação parental de cuidar dos filhos inclui a outorga de adequada formação profissional.
- II. O advento da maioridade não extingue, automaticamente, o direito à percepção de alimentos, mas esses deixam de ser devidos em razão do poder familiar, passando a ter fundamento nas relações de parentesco.
- III. A continuidade do pagamento dos alimentos após a maioridade, ausente a continuidade dos estudos, somente subsistirá caso haja prova da necessidade de continuar a recebê-los, o que caracterizaria fato impeditivo, modificativo ou extintivo desse direito, a depender da situação.
- IV. O Código Civil vigente, ao regular as relações de parentesco em linha reta, não estipula limitação dada sua infinidade, de modo que todas as pessoas oriundas de um tronco ancestral comum sempre serão consideradas parentes entre si, por mais afastadas que estejam as gerações.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I e II, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.



PROVA DISCURSIVA

Redija um texto utilizando de 25 a 30 linhas sobre o seguinte tema:

Josenilda, sem que ninguém soubesse da sua gravidez, fruto de um relacionamento fortuito, e objetivando ocultar a sua desonra, abandonou seu filho imediatamente após o nascimento. Pouquíssimo tempo após o abandono, o neonato foi encontrado por populares, sendo entregue imediatamente à delegacia distrital, que, também, de imediato, diligenciou e conseguiu deter Josenilda. Muito embora tenha sido encontrado minutos após o abandono, o neonato, em razão das condições em que fora encontrado, perdeu um dedo de uma das mãos, o que foi imediatamente diagnosticado pelo Médico-Legista. Sendo você a autoridade policial de plantão, após confirmados todos esses fatos, analise a conduta de Josenilda, sob os aspectos penal e processual penal:

- a) Identificando a infração penal, por ela cometida, classificando-a.
- b) Informando todas as medidas pertinentes que deverão ser adotadas em face dos fatos narrados.

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS

